

## **Intervenção de Carlos Lage em conferência promovida pela Universidade do Porto – 28 de Janeiro de 2008**

Goethe, na sua obra-prima, “Fausto”, põe o seu personagem principal a meditar e a escrever. Este, lê as palavras imortais de um texto sagrado, o Evangelho Segundo S. João, “no princípio era o verbo”, mas suspende a pena, queda-se um pouco, reflecte e escreve: “no princípio era a acção”.

Prosaicamente e desfigurando o sentido filosófico deste impressionante texto, poderia dizer: Começamos pela acção, não precisamos de mais diagnósticos, até porque os diagnósticos da Região Norte, com maior ou menor rigor, têm sido feitos e são conhecidos. No plano económico sintetizam-se em duas palavras, uma, sujeito, e outra, predicado: «a região empobreceu».

Com efeito, em 2002 e 2003 o voo da economia regional caiu abruptamente num poço de ar tendo perdido 4% do seu PIB e, nos últimos anos, que vão de 2004 a 2007 mal recuperou dessa queda.

Recentes indicadores, divulgados pelo INE referentes à contas económicas regionais do anos de 2005, introduzem nuances deveras interessantes. Nesse ano ocorreu uma ligeira aceleração do crescimento económico da região Norte, em contraciclo com a desaceleração registada a nível nacional. A região registou uma taxa de crescimento de 1%, ligeiramente superior aos 0.9% nacionais. Mais interessante ainda, esta tímida retoma do crescimento foi impulsionada por um aumento da produtividade de 1.5%, sendo que a formação bruta de capital fixo na região, superou largamente a média nacional, crescendo 7.1% em contraponto com 1.6% no conjunto do país. Estes números continuam a ser medíocres, mas parecem apontar para o alinhamento da região com o resto do país.

É de sublinhar ainda que a repartição sectorial do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e do emprego evidenciam, nesse mesmo ano, a progressiva desindustrialização do Norte e a terceirização da sua economia. De facto, o sector industrial, passou de 44% no ano de 2000 para 38.9% em 2005, enquanto o sector dos serviços passou de 43.6% para 48.2% em igual período de tempo.

Lamentavelmente, a leitura dos números não pode prosseguir, porque o aparelho estatístico nacional apresenta os dados regionais com dois anos de atraso, tornando ocultos os anos de 2006 e 2007. Como se pode assim acompanhar as dinâmicas regionais?

A demografia da região evoluiu acompanhando as tendências nacionais: baixa da taxa de natalidade, não compensada por fluxos migratórios, envelhecimento da população. Continua a ser a região com a população mais jovem, mas esta realidade vai alterar-se inevitavelmente nos próximos anos. Por sua vez, a taxa de desemprego é a mais elevada do país, algo desconhecido numa região que se habituara a uma taxa de quase pleno emprego, fruto da estagnação da economia, mas também da introdução de novas tecnologias nas empresas e da reestruturação do tecido industrial. Um ritmo significativo de fenómenos migratórios sazonais, nomeadamente para países da União Europeia, está também a ocorrer.

O tão falado dualismo entre o litoral e o interior mantém-se, mas surgem novos dados. Certas zonas rurais do interior continuam a perder população, mas as suas cidades e a maior parte dos seus pequenos centros urbanos têm retido essa população, não se assistindo a um qualquer fenómeno massivo de êxodo do interior para o litoral.

As assimetrias mantêm-se mas, curiosamente, tendem a atenuar-se, por via daquilo que se pode chamar um “nivelamento por baixo”, isto é, não porque as zonas mais interiores tenham enriquecido comparativamente ao litoral, mas porque, por exemplo, a Área Metropolitana do Porto perdeu dinamismo e está, hoje, abaixo dos 75% da riqueza média da UE a vinte e sete. Assim, o discurso de contraposição do litoral rico ao interior pobre vai perdendo a sua eficácia retórica. Creio que há uma tomada de consciência crescente de que todos estão a perder.

O diagnóstico educativo da região também não é lisonjeiro. Sejam quais for os indicadores que se escolham, a região fica quase sempre abaixo dos níveis nacionais, e estes abaixo dos níveis médios europeus.

Basta de diagnósticos duros ou cruéis. Mas, convenhamos, deve-se a verdade ao objecto do diagnóstico, seja ele pessoa, região ou país (o juramento hipocrático a isso nos obriga).

Contudo nada justifica o discurso do declínio regional irreversível, nem atitudes pessimistas. A região é trabalhada em profundidade por grandes forças de mudança e renovação. Aqui a palavra “crise” vem associada ao seu significado etimológico, de acção.

A região está num limiar crítico, do qual pode emergir como região dinâmica e empreendedora bem colocada no mapa de regiões competitivas do século XXI. Será caso para dizer “renovação ou morte”? Retirado o dramatismo, fique o apelo!

A região passa, sim, por um momento de viragem. Ainda não foi despromovida da órbita do desenvolvimento, como aconteceu ao desditoso planeta Plutão, rebaixado da categoria de planeta por astrónomos frios e sem alma.

Felizmente, existem no norte forças económicas, científicas e culturais capazes de buscar novos horizontes e há amplas possibilidades de financiar e impulsionar essas forças renovadoras, de forma alcançar um modelo produtivo regional que incorpore as tecnologias mais avançadas deste século.

Quatro são os pilares em que assenta a estratégia regional: as cidades, as empresas, as universidades e centros de investigação. Sem o dinamismo e a criatividade destas instituições, não haverá sucessos duráveis na Região Norte como, aliás, em todo o país. Empresas que além de produzirem façam investigação científica e tecnológica; universidades que propiciem o nascimento de empresas e transferiram o conhecimento para o tecido empresarial; cidades que criem e garantam o melhor ambiente e quadro de vida social, cultural e civilizacional para as duas primeiras. O quarto, de natureza prospectiva e estratégica: NORTE 2015 – Competitividade e Desenvolvimento.

Três instrumentos fundamentais estão ao nosso dispôr, o primeiro de natureza financeira e estratégico, o QREN; o segundo, de enquadramento territorial, o Programa Regional de Ordenamento do Território; o terceiro, de orientação e integração, o Plano Tecnológico.

Falar dos milhares de milhões canalizados pelo grande “pipe-line” do QREN pode suscitar algum tédio. Compreende-se: afinal a região não foi grande receptora de fundos comunitários no âmbito do QCA III? E quais foram os resultados? – perguntar-se-á.

As avaliações são ambíguas. Por um lado, as avaliações independentes do Programa Operacional do Norte 2000-2006, concluíram que a sua aplicação foi, de forma geral, muito eficiente, distinguindo-se pela positiva de uma grande parte dos programas nacionais. Isso mesmo foi reconhecido pela Comissão Europeia que atribuiu ao programa regional o maior “prémio de eficiência” de todo o QCA III. É também consensual que em todo o território regional a cobertura de equipamentos e infra-estruturas ligadas à qualidade de vida das populações, ao ambiente, à rede escolar, às acessibilidades e ao ordenamento da actividade empresarial, melhorou substantivamente.

Por outro lado, é inevitável concluir que as intervenções do QCA III, e sobretudo aquelas de nível nacional que assumiam maiores responsabilidades no que diz respeito às actividades económicas e aos sectores produtivos, não tiveram, pelo menos de forma visível, um impacto na melhoria dos índices económicos da Região Norte.

Parece-me, no entanto, desajustada e abusiva uma avaliação derrotista sobre o papel dos fundos estruturais no desenvolvimento do país e uma responsabilização exclusiva do QCA pela situação presente: não podemos ignorar que, nos últimos anos, o país e a região foram afectados por uma crise económica de causas muito complexas, agudizadas numa região muito vulnerável face aos comportamentos económicos externos.

A grande deriva dos QCA anteriores residiu, certamente, na sua amplitude, no desejo de acorrer a todas as necessidades e daí, a sua dispersão e o seu consumismo imediatista.

O QREN, rompe com essa lógica distributiva, optando por três princípios: selecção, concentração e sustentabilidade. Digamos que agora se recorre a uma ementa mais limitada e mais exigente.

O QREN, deverá transferir para a região, no período 2007-2013, mais de oito mil milhões de euros, isto é, cerca de 51% dos quinze mil e quinhentos milhões de euros destinados às Regiões de Convergência, sem contar com as verbas do fundo de coesão e do fundo destinado a apoiar o desenvolvimento rural que têm, estes sim, incidência nacional.

Os recursos referidos serão canalizados através de três programas temáticos – Recursos Humanos, Factores de Competitividade, Valorização do Território – geridos a nível central mas apenas aplicáveis às Regiões de Convergência, mais um programa especificamente regional, o Programa Operacional Regional do Norte, dotado com 2.711 milhões de euros, ou seja, representando apenas um terço dos auxílios comunitários a que a região terá acesso. O programa mais rico é, aliás, o Programa Temático Potencial Humano, que dispõe de um montante de 6.146 milhões de euros (FSE). Foi reconhecido, recentemente, pelo ministro Vieira da Silva que à volta de 51% deste programa poderá ser concretizado na Região Norte.

Sendo a política de formação inicial e ao longo da vida eminentemente nacional, cabe-nos acompanhar atentamente e monitorizar os seus efeitos na qualificação dos recursos humanos, visto que é uma peça essencial para o ressurgimento da sociedade e da economia regional.

As prioridades do Programa Operacional Regional do Norte, são, precisamente:

- A política de competitividade, inovação e conhecimento;
- A política de cidades;
- A política ambiental.

Consagra-se a quase totalidade dos financiamentos do Programa Regional a estas três políticas. Para que fique clara esta opção, basta dizer que este programa apenas prevê 300 milhões de euros para infra-estruturas, num total de 2.711 milhões, isto é, pouco mais de 10%.

Repito: a estratégia de ressurgimento da Região Norte exige a convergência e a coerência dos três Programas Temáticos e do Programa Regional do Norte. Isso implica que se vá superando a inexistência de uma política claramente formulada e assumida naqueles programas temáticos para as regiões de convergência, grave lacuna essa que importa ultrapassar no decurso da acção. É mesmo imprescindível que os Programas Temáticos saibam respeitar e incorporar as estratégias regionais consagradas no documento NORTE 2015, sem o que correm o risco de falhar nos seus objectivos. Aqui está um bom teste à sabedoria do poder central.

Quais são as grandes apostas e projectos? Fico-me apenas por alguns exemplos:

Em primeiro lugar, elegeram-se as exportações de bens e serviços, de natureza mais tecnológica e inovadora, um dos projectos mais aliantes é o de organizar um grande Pólo de Competitividade na área das Ciências da Saúde – o “Bio Atlantic Health Cluster” – com o seu centro de gravidade no Norte, mas de âmbito nacional e de vocação mundial. Esse projecto está hoje em fase avançada e estabilizado.

A implantação em Braga do Instituto Internacional de Nanotecnologia, resultante da cooperação entre Portugal e Espanha, vem pôr na esfera daquele pólo de competitividade uma posição de vanguarda, na mais que previsível revolução na saúde e na economia, que as nanociências e as nanotecnologias estão prestes a desencadear.

A aposta nas exportações é por demais evidente e imperiosa. De facto, a Região Norte, continua a garantir 41% das exportações nacionais, não obstante as vicissitudes da economia regional dos últimos anos.

Em segundo lugar, uma grande aposta nas energias renováveis: a constituição de um «cluster» nas eólicas e nas energias de origem hídrica está ao alcance da região, devendo reconhecer-se aqui o papel impulsionador que o Governo tem desempenhado.

Como terceiro exemplo, a aposta no turismo. Aqui preencheu-se o vazio, ao ser elaborada uma política turística regional, sob o signo: “Uma região e quatro destinos”, dotada esta política incitativa de um instrumento financeiro de 100 milhões de euros. Pretende-se promover um turismo de excelência baseado em actividades turísticas de qualidade, associadas aos novos padrões da procura internacional e em consonância com os activos da região (turismo verde, turismo cultural, turismo sustentável).

Qual o impacto que terá na economia regional a aplicação de tão vultuosas transferências comunitárias e das estratégias, políticas e prioridades assumidas? As projecções que se podem fazer é que, até 2010, a economia regional deverá convergir com o crescimento médio nacional para, nos anos seguintes, acelerar e crescer à volta de 1% acima da taxa de crescimento desta. Só assim será possível retomar uma trajectória de convergência com a média da UE. Eis o cenário em que nos movemos e que é proposto à região.

Infelizmente, não estamos em condições de estabelecer metas tão ambiciosas como as dos nossos vizinhos da Galiza, os quais se propõem atingir a média europeia (100) no horizonte de 2015. Não podemos. Essa oportunidade perdeu-se anos atrás. E perdeu-se porquê? Porque a Galiza possui duas vantagens que nós não temos: uma economia espanhola dinâmica que puxa pela economia das suas regiões e um governo regional eleito e competente que cuida de vida da região galega.

Por outro lado, não é viável um cenário de crescimento sustentado a nível nacional que não contemple um ritmo de crescimento económico forte da região Norte. Promover a coesão territorial, procurando um desenvolvimento mais rápido no Norte, não é apenas um gesto de solidariedade justificado pelo facto de a região apresentar os mais baixos índices de desenvolvimento, é, também, uma necessidade, pois o crescimento económico a nível nacional não pode continuamente dispensar o contributo decisivo do Norte do país.

No início desta comunicação aludi à presença de capacidades criativas invulgares na região e nas suas principais cidades. Só a mobilização destas forças presentes ou latentes pode garantir uma mudança de rumo: forças científicas, culturais e políticas.

Nas competências científicas das Universidades – com destaque para a grande Universidade do Porto – e dos centros científicos e tecnológicos da região reside um dos seus maiores trunfos. Essas competências expandem o conhecimento e tendem a colocá-lo à disposição das empresas e da sociedade. Por isso, importa reforçar o financiamento público – nomeadamente por via dos fundos

comunitários – e aumentar significativamente, até 2015, a parte do PIB regional consagrada à investigação científica e tecnológica, seja público, seja privado, procurando atingir, até aquela data, pelo menos 1.5% do PIB regional.

O desenvolvimento e a inovação não são apenas um fenómeno de natureza económica e tecnológica; exigem uma dimensão e uma envolvente cultural estimulante e atraente. As cidades e regiões mais atractivas são, hoje em dia, as que oferecem um urbanismo harmonioso, boa arquitectura, património natural ou construído bem preservado, boa relação com o mar e os cursos de água, um ambiente aprazível, parques, jardins, tecido verde acarinhados e respeitados, eventos sociais e culturais de qualidade.

As nossas cidades e toda a região deveriam ter isto em conta e tomá-lo como bússola nas suas políticas, designadamente, a Área Metropolitana do Porto que é, convém não o esquecer, no Noroeste da península, a única área metropolitana que tem lugar no atlas das áreas metropolitanas europeias.

A questão cultural no seu sentido mais lato tem aqui uma particular pertinência.

Eugénio de Andrade, um dos maiores poetas portugueses do século XX, o mais traduzido e estudado desde Pessoa, escreveu um dia que “vivia no Porto mas era como se não vivesse na cidade do Porto”. Referia-se o poeta à sua solidão e isolamento existencial. Mas não só: mesmo sendo uma das poucas figuras da cultura portuense que foi capaz de libertar-se dos limites da cidade, tinha bem consciência do isolamento da cidade do Porto no panorama da cultura nacional. Daí o ser o Porto, nesta passagem de Eugénio, uma espécie de ilha remota ao largo, bem ao largo, do continente, isto é, face à prevalência e à sobrevalorização da capital. Alguns de vós poderão ver nestas palavras o proverbial queixume provinciano. Mas a verdade é que a pior forma de provincianismo não é a que decorre do olhar de dentro para fora, mas de fora para dentro.

Paradoxalmente, no Porto e na sua área de influência vivem e produzem uma enorme proporção de figuras maiores da cultura portuguesa e da portugalidade em geral, bem como casos de sucesso – e de sucesso extramuros – como a Casa da Música, o Museu de Serralves ou o Teatro Nacional de S. João que ilustram a excelência cultural de uma cidade que sempre foi criativa ao longo da sua história. A assumpção desta dimensão do burgo portuense pode ser um dos grandes atractivos da cidade na captação de múltiplas actividades, desde o turismo às indústrias culturais.

Por essa razão, está em curso a constituição de um «cluster» de indústrias criativas, que tem, justamente em Serralves, o seu principal motor.

Neste cenário, algo de muito encorajador se desenrola diante dos nossos olhos. Como normalmente acontece após ciclos de abrandamento e deterioração da vida cultural (e consequentemente da vida cívica e social), as camadas mais jovens começam a mexer-se e a dar inequívocos sinais de vida. A cultura faz-se hoje, em grande parte, num contexto que, estivéssemos nós nos anos 60 ou 70, ou nos tempos áureos da contra-cultura, não hesitaríamos em chamar de “underground”.

Finalmente, as forças políticas. Também se pode dizer que a vida política regional se tem empobrecido, por culpas próprias e alheias. Mas a política está no coração do desenvolvimento futuro da região. Esta precisa de uma bem temperada emancipação política, a que só a regionalização dará acesso.

Precisamos, digo-o sem ironia, de uma espécie de «Simplex» político descentralizador que dê aos municípios o que é, ou deve ser, dos municípios, às regiões o que deverá ser das regiões e, bem entendido, ao Estado central, o que deverá e terá de ser seu.